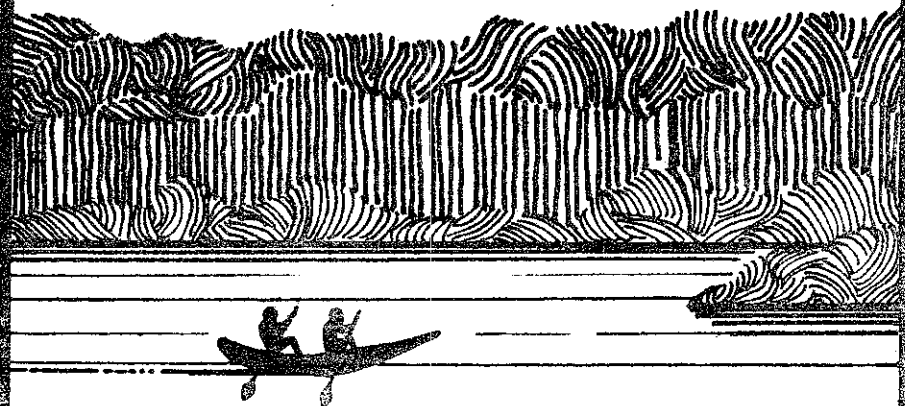


data 31, 12, 86

cod. 7400135

OPAN

OPERAÇÃO ANCHIETA



OPERAÇÃO ANCHIETA - OPAN

1. HISTÓRICO

A Operação Anchieta - OPAN tem sua origem no encontro de um grupo de jovens catarinenses com o Pe. Egydio Schwade, então missionário entre os povos indígenas do Mato Grosso. Este encontro deu-se na 1ª semana de fevereiro de 1969, na cidade de Rio Negro - PR, e no dia 6 daquele mês foi fundada a OPAN. A sede da nova organização ficou em Rio Negrinho - SC.

A OPAN caracterizou-se desde logo como uma entidade civil, cujos objetivos fundamentais eram os seguintes:

1. Reunir e enviar pessoas dispostas a realizarem um trabalho promocional junto a populações marginalizadas, especialmente indígenas;

2. Em vista disto, selecionar e preparar tais pessoas.

Este trabalho era uma proposta para pessoas que se dispunham a uma atuação como VOLUNTÁRIOS.

Feitas as articulações iniciais, realizou-se, um ano depois, o 1º Curso de Treinamento para Voluntários, na cidade de Lajeado - RS. Dos 20 participantes deste curso, 6 decidiram-se por um engajamento, e partiram no mesmo mês de fevereiro para o norte do Mato Grosso (4), e Rondônia (2). Em 1971 outras 30 pessoas fizeram o 2º Curso de Treinamento, das quais 10 dirigiram-se para as mesmas áreas. Em janeiro deste mesmo ano a sede da OPAN foi transferida para Porto Alegre - RS.

Ainda em 1971, saiu o 1º número do informativo MACAXEIRA, publicação que visava facilitar e incentivar uma maior comunicação entre os voluntários, assim como fornecer elementos de reflexão sobre o trabalho. MACAXEIRA circulou até o ano de 1976, encerrando com o nº 19.

Em fins de 1973, a OPAN passou a trabalhar também no Amazonas, junto à população de Urucará, predominantemente de seringueiros. E em 1976 uma equipe da OPAN foi atuar junto aos índios Kulina do Acre. 1978 foi o tempo de assumir um trabalho com as populações indígenas do Leste (Espírito Santo, Minas Gerais e sul da Bahia) e do Mato Grosso do Sul (Terenos, Guarani e Kaiowá).

Em 1979 a sede da OPAN foi transferida, por motivos práticos, para Cuiabá - MT, onde se encontra até hoje.

2. PRIORIDADE INDÍGENA

Um aspecto importante no processo histórico da OPAN, foi a definição pelo trabalho indigenista.

Inicialmente, a OPAN se propunha como objetivo a promoção integral das populações marginalizadas em geral, e especialmente das populações indígenas. Embora desde o começo o aspecto indígena fosse marcante, houve várias equipes que trabalharam junto a posseiros, seringueiros, colonos, etc.; algumas equipes trabalharam simultaneamente com estes setores da população e comunidades indígenas. Havia um certo equilíbrio na distribuição do pessoal para as áreas indígena e não indígena. Tanto que, até 1973, apenas 50% das equipes atuavam junto a comunidades indígenas.

Mas este quadro sofreu uma notável modificação nos anos seguintes, verificando-se uma tendência a ampliar a presença no setor indígena, diminuindo consideravelmente os trabalhos noutras áreas. Em 1977-79, 90% das equipes já atuavam em áreas indígenas.

Esta tendência indigenista chegou ao ponto máximo em 1982, quando a OPAN passou a dedicar-se exclusivamente ao trabalho com populações indígenas. Os novos Estatutos da Organização, datados de 10/02/1982 são precisos quanto a isto, ao

tratar dos objetivos da OPAN: "Reunir pessoas dispostas a se engajarem na promoção dos Povos Indígenas" (art. 2º, letra "a").

Esta exclusividade não significa, evidentemente, que os Voluntários deixem de levar em consideração, nos seus planos de trabalho, a população não-indígena, sobretudo a chamada "população envolvente". Mais do que isto, os Voluntários têm consciência de que a caminhada dos Povos Indígenas não é algo isolado, mas se insere num processo bem mais amplo, do qual participam os vários segmentos marginalizados de nossa sociedade, em busca da justiça.

3. LINHA DE AÇÃO

Os Voluntários da OPAN se propõem partilhar uma caminhada com as comunidades indígenas, apoiando-as na busca de sua AUTODETERMINAÇÃO histórica. Pretendem, portanto, ser companheiros no esforço que estas comunidades estão fazendo, no sentido de afirmarem e viverem livremente sua própria identidade, no contato com a chamada "sociedade nacional".

Para isto, é indispensável conhecer e respeitar profundamente os valores próprios das culturas indígenas, e reconhecer o direito inquestionável que têm os povos indígenas, de conduzirem seus destinos. Portanto, não cabe, nesta perspectiva, qualquer atitude dominadora, de feitio paternalista ou assistencialista. E muito menos de quem queira substituir-se aos índios, indicando-lhes o caminho a seguir.

Certamente, às vezes os Voluntários incorrem nestas atitudes, que só fazem retardar ou dificultar o processo histórico dos Povos Indígenas. Daí a importância de uma ação sempre crítica, refletida e avaliada com renovada atenção. Os critérios para isto deverão ser buscados nas próprias comunidades indígenas, e numa compreensão, a mais globalizante possível, das relações destas comunidades com a sociedade en-

volvente.

Para seguir coerentemente esta linha de ação, é compreensível que os Voluntários precisem se dedicar ao trabalho em tempo integral, e num prazo mínimo de 2 anos. Estas são condições necessárias para que haja um conhecimento elementar da comunidade indígena, e um encaminhamento adequado do modo de atuação junto à mesma, com um mínimo indispensável de continuidade.

4. OS PROJETOS

Chamam-se PROJETOS, na OPAN, os trabalhos desenvolvidos pelas equipes de Voluntários em algum lugar. Estes trabalhos podem variar muito, conforme as diversas situações em que são realizados.

A OPAN mantém trabalhos junto a populações indígenas que estão apenas nas primeiras etapas de contato com a sociedade envolvente, como é o caso dos Zuruahã (sul do Amazonas), assim como atividades junto a comunidades que estão há muitas décadas em contato com os "brancos", como é o caso dos Kaiowá e Guarani (Mato Grosso do Sul).

Em alguns Projetos, a meta principal é a "simples" convivência com a comunidade indígena. Noutros, o atendimento à saúde, ou à "escola". Noutros, ainda, o objetivo prioritário é o apoio à luta pela garantia da TERRA, ou a colaboração na articulação de reuniões dos próprios índios. Frequentemente, estes e outros aspectos estão ligados entre si, como objetivos do mesmo Projeto.

Se a equipe vive na aldeia, sua moradia, alimentação, vestuário, etc., devem ser condizentes com o sistema da comunidade indígena.

Em média, as equipes são compostas de duas ou três pessoas.

O planejamento e avaliação dos trabalhos num Projeto, são de fundamental importância, tendo sempre como ponto de partida e de chegada, ou seja, como critério básico, a realidade da própria comunidade indígena em que o Projeto está inserido.

Atualmente, a OPAN mantém 12 Projetos, atingindo de algum modo os seguintes Povos Indígenas. No Amazonas: Zuru - ahã, Waimiri e Atroari, Canamari, Mayoruna e Ticuna; no Acre: Kulina, Katukina e Kaxinawá; no Mato Grosso: Cinta Larga, Karajá, Myky, Salumã e Pareci; no Mato Grosso do Sul: Guarani e Kaiowá; no Espírito Santo: Tupinikim e Guarani; em Minas Gerais: Maxakali e Krenak; no sul da Bahia: Pataxó.

5. OS VOLUNTÁRIOS

O ponto comum que leva algumas pessoas a se engajarem na OPAN, é a vontade de prestar um apoio direto e efetivo às comunidades indígenas, na sua caminhada histórica em busca da autodeterminação.

São pessoas dispostas a se deslocarem de suas terras de origem para as áreas indígenas, a fim de ali permanecerem por tempo prolongado; capazes de se despojarem de muitos dos "bens" que a sociedade de consumo oferece, para partilharem o dia-a-dia da vida indígena. São pessoas decididas a aprender com os índios um modo diferente e autêntico de viver, respeitando profundamente os seus valores culturais. São pessoas que acreditam nesta opção indigenista como uma via para a construção de uma nova sociedade mais justa e fraterna.

São pessoas limitadas, que muitas vezes falham ou não sabem como enfrentar corretamente algumas situações.

De resto, há uma grande diversidade entre os Voluntários, que, aliás, não são muitos: 32 atualmente. Destes, 10 trabalham há mais de 6 anos na Organização, sendo que 6 já

têm mais de 13 anos "de casa".

Inicialmente, a maior parte dos Voluntários eram gaúchos e catarinenses. Hoje, a metade dos companheiros é de outros Estados. Cerca de 14 procedem de áreas rurais. Há 4 casais na Organização, com um total de 5 filhos; 6 são casados com pessoas que não fazem parte da OPAN. 14 concluíram algum curso universitário, e 9 não chegaram a terminar os cursos começados. A idade média dos Voluntários é de 31 anos.

Cerca de 70 outras pessoas já trabalharam de 1 a 10 anos na OPAN. Depois de prestarem uma importante colaboração à causa indígena, desligaram-se da Organização por diversos motivos: questões pessoais, necessidade de ajudar a família, escolarização dos filhos, discordância de algum aspecto da OPAN, engajamento noutra setor de atuação ou noutra Organização, etc. Algumas destas pessoas continuam na causa indígena, autonomamente ou vinculadas a outras Entidades.

6. A ORGANIZAÇÃO

A OPAN está estruturada em função dos trabalhos junto às comunidades indígenas. Neste sentido, procura ser o mais simples possível, criando espaços para que seus membros possam atuar de modo criativo e coerente, apoiando-se mutuamente.

As decisões fundamentais relativas à Organização, são tomadas na Assembleia Geral, que reúne anualmente os Voluntários, para avaliar a caminhada, discutir questões importantes, e definir os novos rumos a serem seguidos. Evidentemente, cada Projeto aplicará estas decisões conforme as condições particulares que o caracterizam.

Como ponto de referência e apoio dos companheiros, existe uma Coordenação Nacional, sediada em Cuiabá - MT, composta de 3 Coordenadores: Geral, Técnico e Financeiro. Os Co

ordenadores são eleitos a cada 2 anos, podendo ser escolhidos entre todos os membros da Organização. A Coordenação também está encarregada de selecionar, preparar e encaminhar os novos elementos que se dispõem a um engajamento no trabalho indigenista.

O acompanhamento mais imediato das atividades dos Projetos, nas áreas indígenas, está a encargo dos Coordenadores Regionais, que se encontram no Amazonas, Acre e Espírito Santo.

Enfim, para manter contatos com os candidatos e dar algum acompanhamento aos mesmos, assim como para apoiar localmente a OPAN, além dos Coordenadores Regionais, há 4 Representantes Regionais, em Minas Gerais, Pernambuco, Distrito Federal e Santa Catarina.

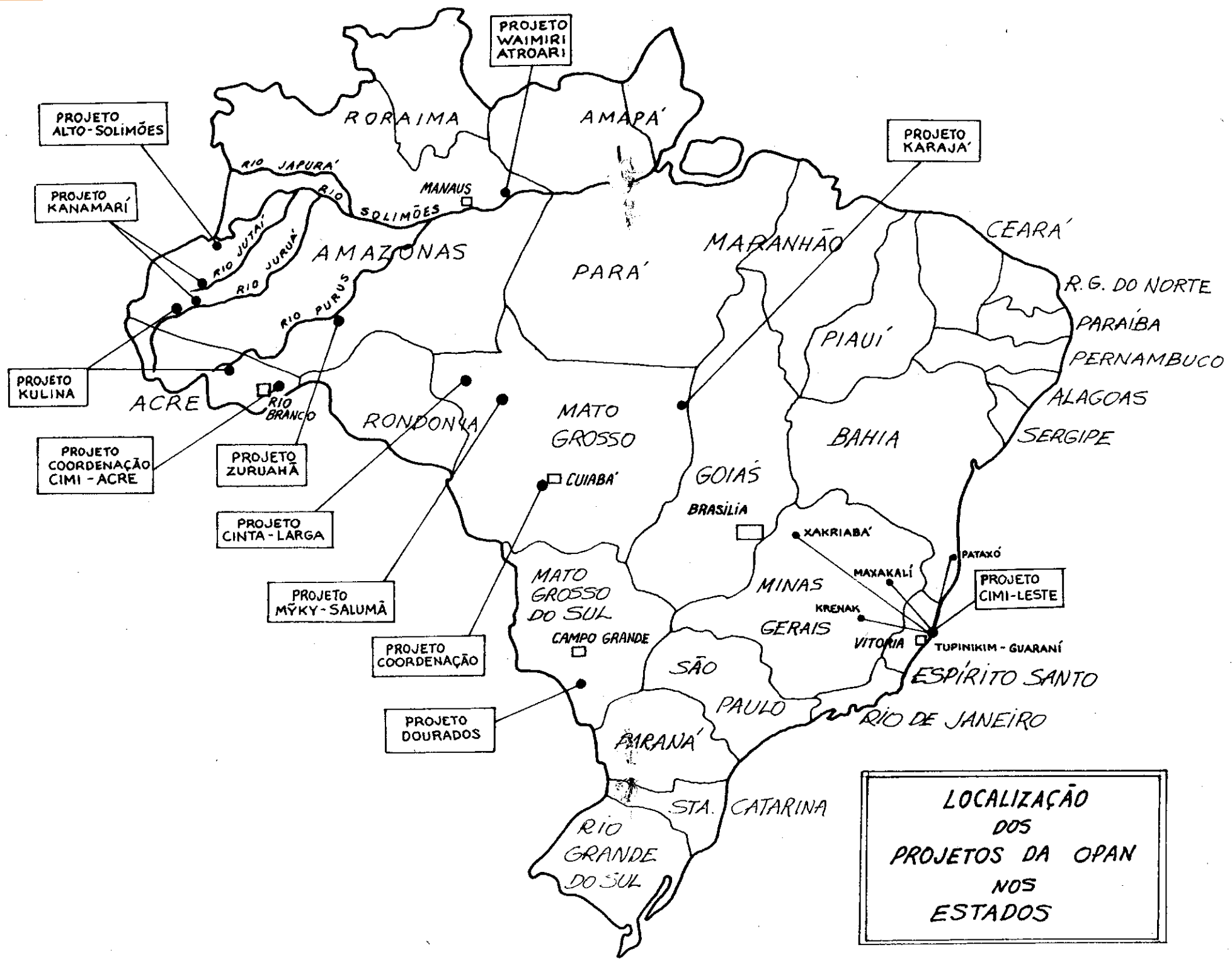
7. PREPARAÇÃO

A preparação dos Voluntários sempre foi um desafio para a OPAN. Nos primeiros anos, julgava-se suficiente um breve e intensivo Curso de Treinamento, que normalmente durava um mês. Ao final deste Curso, algumas pessoas eram declaradas aptas e partiam imediatamente para as áreas de trabalho.

Mas já em 1974, os Voluntários se questionaram seriamente sobre a insuficiência deste tipo de "habilitação". A própria experiência dos primeiros companheiros demonstrou que não bastava boa vontade, "espírito missionário", e um breve Curso de Treinamento.

Para realizar um trabalho realmente sério, era necessária uma preparação bem mais profunda. Sem isto, corria-se o risco injustificável de, em concreto, prejudicar as populações que se pretendia ajudar, apesar das boas intenções. Surgiu, então, a idéia de um Estágio Preparatório.

Além disto, passou-se a dar maior atenção à etapa



LOCALIZAÇÃO
DOS
PROJETOS DA OPAN
NOS
ESTADOS

precedente ao próprio engajamento no Estágio. Ou seja, a decisão mesma de iniciar o Estágio deveria ser bem melhor avaliada e encaminhada; é o que passou a se chamar de Seleção Prévia.

Esta proposta de preparação dos novos Voluntários teve várias modalidades de concretização ao longo de alguns anos, até que se chegou, em 1980, a uma formulação mais definida, que tem sido aplicada desde então.

Em Assembléia Geral foram discutidos e definidos alguns critérios para a Seleção Prévia e uma proposta de Estágio Preparatório.

a) Seleção Prévia

Os requisitos que a prática sugeria, e que se achou importantes para um engajamento, são:

- uma boa base de conhecimentos sobre a realidade brasileira e sobre a problemática indígena (o que implica, pelo menos, em algumas leituras indispensáveis);
- algum contato com trabalhos de grupos alternativos;
- alguma experiência de trabalho em equipe;
- capacidade de despojamento para um trabalho Voluntário;
- concordância com a "linha de ação" da OPAN;
- condições físicas e psicológicas (boa saúde) para um trabalho em áreas indígenas;
- idade entre 20 e 33 anos;
- 2º grau completo;
- abertura para um trabalho articulado com as Igrejas.

O encaminhamento nesta fase de Seleção Prévia é feito através de vários contatos, objetivando um bom conhecimento mútuo entre o candidato e a Organização, para que a decisão final por um engajamento atenda da melhor forma possível ambas as partes.

Neste tempo, a correspondência é muito importante, para ir definindo as posições, assim como são importantes os contatos pessoais. Estes se dão através de visitas que o Coordenador Técnico, ou os Coordenadores e Representantes Regionais fazem aos candidatos, e vice-versa. As referências de pessoas que conhecem bem os candidatos, igualmente nos ajudam a conhecê-los.

b) Estágio Preparatório

As pessoas que chegam à definição pelo engajamento no trabalho indigenista, depois dos Contatos Prévios, passa a fazer o Estágio Preparatório, que implica em dedicação a tempo integral. A Organização mantém um grupo de aproximadamente 7 estagiários a cada ano. Em geral, o grupo se reúne no mês de março ou abril, para iniciar a preparação.

Os objetivos do Estágio são os seguintes:

- entrosamento das pessoas na Organização;
- experiência de vida em Equipe;
- estudo da realidade indígena, no contexto nacional;
- contato com setores de trabalho indigenista;
- preparação prática para o trabalho;
- consolidação da opção feita pelo trabalho indigenista.

O Estágio compõem-se de 3 etapas:

1ª etapa: Curso de habilitação em Cuiabá, com a duração média de 3 meses. Os temas tratados neste Curso são: Realidade Brasileira, Localização e História dos Povos Indígenas no Brasil, Legislação e Política Indigenista, Antropologia e Economia Indígena, Linguística, Educação Indígena, Articulação do trabalho com as Igrejas, Estrutura e Projetos da OPAN. Do ponto de vista mais prático, há uma iniciação à Enfermagem, Treinamento de Mato, e Natação.

Há vários colaboradores que coordenam cada item da programação.

Durante o tempo da 1ª etapa, os estagiários moram numa casa alugada pela OPAN para eles, partilhando o dia-a-dia numa espécie de "república". Os estudos são feitos na sede da Organização, onde existe uma sala para isto, e uma biblioteca especializada. A casa de moradia dos estagiários fica próxima à sede da OPAN.

As seções de estudo são feitas normalmente no período da manhã, ficando a tarde e a noite para leituras complementares e algum trabalho de colaboração com as entidades alternativas de Cuiabá.

2ª etapa: Experiência na área indígena em que o estagiário se propõe trabalhar futuramente. É o Estágio prático, com duração aproximada de 4 meses. Neste período, o estagiário passa a participar de algum Projeto da OPAN, integrando a equipe do mesmo, que lhe dará o apoio necessário.

A opção por tal ou qual Projeto, é feita ao longo da 1ª etapa do Estágio, quando o estagiário tem oportunidade de conhecer e analisar, junto com a Coordenação e outros companheiros, as várias alternativas existentes.

3ª etapa: Estudo Específico sobre o Grupo indígena com o qual a pessoa conviveu e/ou continuará atuando estavelmente, e Avaliação global do Estágio. O estudo atende principalmente aos aspectos Antropológicos e Linguísticos do Grupo. É feito na própria área de trabalho e em Cuiabá, com a duração aproximada de um mês.

Em todas as etapas, considera-se muito importante proceder a avaliações constantes, para ir definindo a caminhada do estagiário e da equipe de Estágio.

8. RELAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS

Trabalhar isoladamente é pouco eficaz, empobrecedor,

além de ser impossível na prática. A área de atuação que a OPAN se propõe abranger não permite uma postura de grupo fechado, supostamente autosuficiente. Bem ao contrário, o entrosamento com outros grupos, organismos, pessoas que se dedicam à mesma causa, é imprescindível para a própria existência e dinamização da OPAN.

Neste sentido, a OPAN mantém relacionamentos em vários níveis, com diversas entidades e pessoas, sobretudo aquelas que se dedicam de algum modo à questão indígena.

A relação mais imediata e intensa que a OPAN mantém, é com as Prelazias e Dioceses das áreas em que atua. As equipes da OPAN só assumem um Projeto junto a alguma comunidade indígena, contando com o apoio da Igreja local, através do seu bispo e demais membros. Os Projetos participam, deste modo, com sua colaboração específica indigenista, no plano bem mais amplo da pastoral local.

Igualmente forte, é a ligação da OPAN com o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, órgão oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, encarregado de articular nacionalmente a pastoral indigenista. Aliás, o secretário executivo do CIMI Nacional e 2 dos 10 coordenadores regionais do CIMI são membros da OPAN.

Nas áreas indígenas, as equipes da OPAN frequentemente atuam junto com pessoas de outras entidades: Prelazias ou Dioceses, IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil), GREQUI (Grupo de Estudos da Questão Indígena - MG), Antropólogos, etc.

Em áreas urbanas, a OPAN está em contato com as entidades citadas, e ainda outras: UNI (União das Nações Indígenas), ANAÍ (Associação Nacional de Apoio ao Índio), Pró-Índio, CAAAP (Centro Amzónico de Antropología y Aplicación Práctica - Lima/Peru), COPAL (Solidariedad con los Grupos Nativos - Lima/Peru), etc.

los. Com isto, procura-se evitar o paternalismo dentro da própria OPAN.

Quanto à cobertura econômica para manter a Coordenação, a Preparação dos estagiários, as Assembléias Anuais, e alguns outros gastos, a OPAN conta com o apoio de algumas entidades de ajuda financeira da Europa, ligadas às Igrejas de lá. Algumas destas entidades já colaboram com a OPAN há muitos anos.

A manutenção dos Voluntários, em concreto, se dá na seguinte forma. O Voluntário conta com a infraestrutura necessária para realizar o seu trabalho (moradia, instrumentos, viagens, etc.), possibilidade de fazer cursos que sejam úteis para o trabalho, cobertura para os encargos sociais (INPS) e atendimento de saúde, férias anuais (viagem, mais dois salários mínimos), e mais 12 salários mínimos por ano (e 6 salários mínimos para cada filho, quando fôr o caso).

Ao desligar-se da OPAN, a pessoa recebe, se tem mais de dois anos de trabalho, viagem de volta ao seu lugar de origem no Brasil, mais dois salários mínimos; se tem filhos, mais um salário mínimo para cada filho.

Como se pode observar, a Organização procura prover aquilo que é necessário para a atuação dos Voluntários, mas sempre em termos da maior simplicidade possível. Neste sentido, é bom notar também que tal sistema não dá condições de acumulação financeira em vista do futuro.

* * *

Procuramos, nestas breves páginas, esboçar a proposta de trabalho da OPAN, entidade cuja razão de ser é o compromisso com os Povos Indígenas, em sua caminhada libertadora.

Que seja do Índio, a última e desafiadora Palavra:

"Meus irmãos, chegou a hora de nós levantarmos a voz pela sobrevivência de nossa gente, que antigamente foi um povo feliz, um povo despreocupado. Somos um povo que já teve pátria, e que não tem mais pátria.

Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoas lá de cima, que dizem que nós temos direitos. Nós temos direitos no papel, mas onde está a realidade?

Tenho uma cicatriz na minha vida, no meu coração, que nem o tempo nem os séculos vão apagar. Que eu estou preocupado com meu povo. Eu estava querendo fazer verão sozinho. Como diz o ditado, né? Uma andorinha só não faz verão. Chegou a hora que nós sozinhos não conseguiremos fazer nada. Precisamos nos unir braço a braço, e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados.

Chegamos a um ponto que nós os Índios devemos tomar a rédea do governo indígena, e esse é o caminho certo: a assembleia, reunião, ouvir todos.

Nós que já vivemos anos e anos de contato com a civilização do branco, já sabemos com sobeja razão, já chegamos à conclusão de que quem tem interesse na vida do Índio, na pessoa do Índio, é o próprio Índio."

TUPÃ-Y (Marçal) - Guarani

assassinado, na luta em defesa do seu Povo, no dia 25/11/83, no MS